

Pavan Sukhdev, referência internacional na área de sustentabilidade visita a Fiesp

Pavan Sukhdev, economista ambiental, fundador e CEO da GIST Advisory (consultoria colaborativa que avalia a performance de corporações), participou de encontro com diretores e conselheiros da Fiesp.

Em sua apresentação, Pavan sustentou que para o Brasil atender o compromisso de reduzir 37% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2025 e 43%, até 2030 (ano-base 2005), o governo federal pretende assegurar 45% de fontes renováveis. Há, ainda, a previsão de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de vegetação, além de acabar com o desmatamento ilegal. Para o economista, o país precisa ter papel definitivo nesse processo

internacional, e a economia sustentável deve refletir o engajamento quanto a temas como preservação florestal e geração de empregos.

Ao tratar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são metas globais, Sukhdev afirmou que eles não devem ser vistos como um conjunto de itens separados a serem alcançados, mas sim uma estrutura de metas fundacionais que guardam relação com a vida na Terra, o controle do clima e a disponibilidade de água. Trata-se de um passo a passo que leva em conta o econômico, o social e a biosfera.

Nesse sentido, para ele é preciso pensar na economia circular, apostar na inovação com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, além da criação de um mercado de carbono no Brasil. O economista enfatizou a importância da colaboração inovadora e afirmou que a economia verde deve ser liderada pelo setor empresarial.



Para o Brasil atender o compromisso de reduzir 37% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2025 e 43%, até 2030 (ano-base 2005), o governo federal pretende assegurar 45% de fontes renováveis.

Sukhdev

Pavan Sukhdev também analisou que a questão tributária deve ser avaliada, como faz o G20 atualmente, e que os países integrantes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são a nova economia e devem ter foco na infraestrutura e aproveitar as oportunidades que surgem diante desse novo cenário.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

SMA negocia 15 termos de compromisso de logística reversa

Página 02

Governo federal assina acordos com indústria

Página 03

Acordo de Paris atinge adesão mínima necessária e entra em vigor em 4 de novembro

Página 04

SMA negocia 15 termos de compromisso de logística reversa

O secretário adjunto do Meio Ambiente Antônio Velloso Carneiro participou em 4 de outubro, da abertura da décima oitava edição da FIMAI ECOMONDO BRASIL, representando o governo de São Paulo.



Durante o evento, Velloso afirmou que a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) vem negociando 15 termos de compromisso de logística reversa sendo que ao menos três devem ser assinados ainda esse ano.

O Secretário afirmou ainda que a interação entre setores público e privado é um vetor positivo para a realização de bons negócios, deixando a Secretaria de Meio Ambiente de portas abertas para o diálogo com os empresários presentes.

Ao firmar os termos de compromissos de logística reversa, a ideia é criar parcerias para apoiar a implantação de sistemas de logística reversa amplos com entidades (sindicatos e associações) ou diretamente com empresas,

visando ao acompanhamento de sistemas em escala piloto no Estado.

Até o momento foram assinados os termos de compromissos de embalagens de agrotóxicos, óleo comestível, filtros usados de óleo lubrificante automotivo, embalagem vazias de saneantes e desinfestantes. Estão sendo negociados, e devem ser assinados ainda este ano, os termos de compromissos para pilhas e baterias portáteis, baterias automotivas e embalagens plásticas usadas de lubrificantes.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente – editado.

A Fiesp também participou da feira, com stand, divulgando seu material institucional, cartilhas publicadas pelo DMA e distribuindo redutores de vazão, como ação da campanha Água na Medida.



Em fase de recebimento de sugestões e debates, PDUI será encaminhado como Projeto de Lei

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), aprovado em 2015, é equivalente a um Plano Diretor, mas surge com duas inovações: o excesso de regulação sobre o território foi consolidado em um único documento e, ao final do processo de discussão e audiências, será transformado em Projeto de Lei para votação na Assembleia Legislativa.

As informações foram dadas por Fernando Barrancos Chucre, diretor-presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), órgão técnico da Casa Civil do governo do Estado durante a reunião de Diretoria do DMA.

Segundo Fernando, haverá obrigatoriedade de apresentação do plano a cada três anos, envolvendo a participação dos governos estadual e federal, prefeituras e sociedade civil. O seu não cumprimento incorrerá em



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

improbidade administrativa.

As propostas e os debates estão distribuídos em diversos temas, como transportes, meio ambiente, uso do solo, saneamento, habitação, recursos hídricos. As áreas foram escolhidas após análise de concentração e problemas localizados em relação à oferta de empregos, posicionamento do parque industrial, oferta de transporte e logística, além da precariedade habitacional que guarda relação com áreas ambientais, como as de mananciais.

O PDUI contém um macrozoneamento e abrange governança interfederativa, fundos e financiamento, sistemas de informação e monitoramento e instrumentos

de desenvolvimento urbano integrado.

Segundo Fernando, as propostas podem ser feitas por meio do site, nas plataformas disponibilizadas, e seguem diretamente para discussão nos grupos de trabalho. Também estão sendo realizadas audiências nos municípios e oficinas sub-regionais. O diretor-presidente da Emplasa foi receptivo ao envio de sugestões por parte do setor empresarial.

Mais informações: www.pdui.sp.gov.br

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

Licenciamento Ambiental e Produção e Consumo Sustentáveis pautam workshop da ANAMMA

A ANAMMA - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente promoveu, em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, a FIESP e o CIESP, workshop com abordagem sobre os novos instrumentos e enfoques nacionais de gestão para o desenvolvimento local.

O diretor adjunto do Departamento de Meio Ambiente da FIESP, Marluccio Borges, apresentou o Guia PCS e as tendências apontadas por ele. “Temos a satisfação de lançar no interior paulista o Guia Produção e Consumo Sustentáveis: tendências e oportunidades para o setor de negócios, uma parceria FIESP / PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com foco em pequenas e médias empresas, e que têm em sua base de objetivos fortalecer o posicionamento da indústria e do empresariado a fim de se desenvolverem e gerarem desenvolvimento”, descreveu.

O diretor de Meio Ambiente do CIESP-Campinas, Stefan Rohr, manifestou a importância do instrumento de licenciamento ambiental municipal, ratificando a pontual relevância para que as pequenas e médias empresas busquem esta informação mantendo seus requisitos legais

em dia. “O Departamento de Meio Ambiente do CIESP-Campinas está à disposição para auxiliar essas empresas nesta demanda. Nosso objetivo é orientar as indústrias para a capacitação e desenvolvimento de práticas que assegurem um licenciamento de base sustentável. Reforçamos aqui a importância do reconhecimento do licenciamento ambiental especial, principalmente no que se refere à infraestrutura, o que motiva a manutenção de empreendimentos já licenciados e fomenta o êxito de novos investimentos”, assegurou.

No encontro, também foi lançado o livro Licenciamento Ambiental Municipal, de autoria de Andrea Cristina de Oliveira Struchel. A Secretária do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Municipal de Campinas relatou a contribuição do livro pela apresentação do modo com que os municípios têm utilizado o licenciamento ambiental: “A obra oferece vários exemplos de estados e municípios diferentes, com o intuito de propiciar uma massa crítica para os gestores locais.”

Fonte: Ciesp Campinas – editado.

Governo federal assina acordos com indústria

Estratégia faz parte do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, criado para fortalecer agenda ambiental no País.

A busca por estratégias para fomentar a produção e o consumo sustentáveis no Brasil ganhou reforço nesta semana. Foram assinados dois acordos entre o governo federal e o setor produtivo, durante o evento Encontros CNI Sustentabilidade.

“A assinatura do acordo é um verdadeiro marco do fortalecimento da relação institucional entre o governo e as indústrias no horizonte da agenda ambiental”, afirmou o secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Edson Duarte, que participou do CNI Sustentabilidade representando o ministro Sarney Filho. “O setor industrial já tem consciência de que não pode abrir mão do fator ambiental como grande diferencial de competitividade, se quiser prosperar nos mercados nacional e internacional”, completou.

Um dos acordos, celebrado entre os ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Indústria, Comércio Exterior e

Serviços (MDIC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), prevê a cooperação técnica para fomentar as ações e resultados previstos no segundo ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS 2016/2019). A cooperação estabelece, entre outras ações, parceria para o desenvolvimento de produtos e serviços que minimizem os impactos sobre o meio ambiente a partir da redução do consumo de energia, de matéria-prima e da geração de resíduos e emissões.

“É preciso difundir o uso de novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono. Temos dado passos firmes nesse sentido”, disse Edson Duarte. “Os encontros CNI Sustentabilidade apontam com clareza o engajamento na construção de um futuro mais verde”, reforçou o secretário.

Fonte: MMA – editado.

Acordo de Paris atinge adesão mínima necessária e entra em vigor em 4 de novembro

Acordo que prevê o combate às mudanças climáticas atingiu a ratificação de 72 países, responsáveis por 56,75% das emissões de gases de efeito mundiais, um pouco acima dos requisitos mínimos. Entra em vigor oficialmente em 4 de novembro, véspera do início da Conferência do Clima de Marrakesh.

Definido em dezembro do ano passado por 195 países mais a União Europeia durante a Conferência do Clima de Paris, precisava ser ratificado por ao menos 55 países, responsáveis por 55% das emissões, para entrar em vigor.

O Congresso Nacional brasileiro ratificou o Acordo por meio da promulgação do Decreto Legislativo nº 140 de agosto de 2016.

Passaram apenas 10 meses desde que o acordo foi fechado em Paris. O tempo de ratificação é recorde. Na prática, isso significa que os países vão começar a fazer seus planos

para implementar ações que possam reduzir as emissões de gases de efeito estufa a fim de limitar o aumento da temperatura média do planeta a menos de 2°C até o final do século, com esforços para ficar em no máximo 1,5°C, conforme foi acordado em Paris.

Segundo Patricia Espinosa, secretária executiva da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC) a velocidade com que os países fizeram com que fosse possível a entrada do Acordo da Paris em vigor é sem precedentes na experiência recente de acordos internacionais.

Na Conferência do Clima de Marrakesh, que será realizada entre 7 e 18 de novembro, já haverá a primeira reunião dos países para decidir os próximos passos do acordo.

Fonte: O Estadão – editado.

Protocolo de Montreal adota redução dos HCFs

Os 197 países integrantes do Protocolo de Montreal, reunidos em Kigali, Ruanda, aprovaram no dia 16/10, emenda para contribuir com a redução do aquecimento global. O acordo vinculante (com força de lei entre as partes) prevê a redução de 80 a 85% sobre as respectivas linhas de base de cada país, em escala mundial, da produção e consumo dos Hidrofluorcarbonetos (HFCs). As substâncias, foram adotadas com o objetivo de banir os Hidrofluorclorocarbonetos (HCFCs) que afetavam a camada de ozônio e são utilizadas principalmente em sistemas de refrigeração e ar condicionado. No entanto, devido a seu potencial de aquecimento foram incluídas no Protocolo de Montreal durante a 28ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a

Camada de Ozônio (MOP-28), ocorrida em Kigali.

Pelo acordo de Kigali, o Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal poderá financiar ações nos países em desenvolvimento destinadas ao cumprimento das metas de redução. Um dos pontos destacados da nova emenda, cria uma agenda que estabelece metas de redução para três grupos distintos: o dos países desenvolvidos, dos em desenvolvimento e os demais. Pelo Brasil, participaram das negociações em Ruanda os ministérios do Meio Ambiente e o das Relações Exteriores.

Fonte: site MMA – editado.



PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Venha debater a integração entre teoria e prática na produção e no consumo sustentáveis em diferentes contextos, considerando políticas públicas, casos de sucesso, ferramentas, desafios e oportunidades. Participe!

11 de novembro de 2016

Das 9h às 12h

Av. Paulista, 1313 – 4o andar – Auditório – São Paulo – SP

Fóruns Ambientais

Os Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp têm como um de seus principais objetivos defender os interesses do setor industrial paulista em colegiados. Para tanto, são concentrados esforços na representação e participação em fóruns, comissões, conselhos, comitês, entre outros, de caráter deliberativo, normativo e/ou consultivo, de natureza governamental, empresarial ou do terceiro setor.

Veja a seguir os fóruns, debates e atividades com as quais os Departamentos estiveram envolvidos no período de 1 de agosto a 30 de setembro de 2016.

Federais

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica de Cobrança

Realizada em Brasília/DF, quando foi analisada a proposta de cobrança do Comitê Paranaíba. Com manifestação contrária dos representantes do segmento usuários presentes na reunião, a CTCOB recomendou alterações dos mecanismos aprovados pelo Comitê a partir de sugestões da Agência Nacional de Águas (ANA). No entendimento do setor usuário, a competência para definir mecanismos é do Comitê e qualquer proposição de alterações deve ser remetida para apreciação no CBH-Paranaíba.

Seminário sobre Plano Nacional de Recursos Hídricos

O DMA participou como representante dos usuários da água do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, segmento sociedade civil organizada, no Seminário sobre Plano Nacional de Recursos Hídricos, em Brasília, onde foram debatidas as propostas de novas diretrizes para constarem da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Entre as diretrizes listadas, destacam-se a proposta de um plano de gerenciamento de riscos com ações preventivas e de contingência e atendimento a emergências para eventos extremos (secas e inundações) e o apoio à elaboração de leis estaduais sobre o reuso da água.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comissão de Estudo Especial de Compras Sustentáveis

Reunião da comissão para discussão da norma ISO 20.400 - Compras Sustentáveis. Na ocasião, a Fiesp apresentou as considerações e preocupações do setor industrial quanto a adoção da norma no Brasil, principalmente quanto a ênfase dada ao uso de due diligence para gerenciar impactos adversos de sustentabilidade, pois se considera que tal enfoque restringe uso de outras ferramentas mais simples e custo efetivas, que não são mencionadas na norma.

Comissão de Estudo de Desempenho Acústico

DMA esteve presente em reunião da comissão para análise das sugestões recebidas durante a consulta nacional do 2º

projeto de revisão da norma NBR 10.151 - Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – Aplicação de uso geral.

Comunicação de Riscos de Áreas Contaminadas

Reunião do grupo técnico de comunicação de risco de áreas contaminadas para discussão sobre as etapas de avaliação de risco de áreas contaminadas e da proposta do conteúdo mínimo do Plano de Comunicação de Risco. Também foi discutido como a norma poderá ajudar na comunicação com as partes interessadas.

Estaduais

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável deu início as discussões para compatibilização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) com a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PNRS).

Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas

A comissão discutiu os planos de manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão e do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Foi apreciado relatório da Comissão Temática de Biodiversidade sobre o plano de manejo da Floresta Estadual Serra D'Água, foi decidido que o relatório retornasse à CT de Biodiversidade para uma reavaliação dos limites da Zona de Amortecimento.

Foi recomendada a aprovação do Plano de Manejo dos Parques Estaduais de Campos do Jordão e dos Mananciais de Campos do Jordão.

Foi aprovada nota técnica CETESB - Classificação da Qualidade do Ar – Relação de Municípios e Dados de Monitoramento – proposta pela CETESB.

Foi apreciado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima) do projeto de logística de transporte de etanol, "Projeto Logum: Trecho Paulínia – Região Metropolitana de São Paulo – Santos Readequado". O Plenário do Consema aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento com 28 votos a favor e duas abstenções (Deliberação Consema 22/16)

Foi indicado para assumir a ouvidoria da SMA, o Sr. Roberto Pitaguari Germanos, que também assume a suplência da CBRN no Consema (Deliberação Consema 21/16)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH

Reunião para apresentação à sociedade civil do andamento do PERH e suas ferramentas.

Câmara Técnica de Usos Múltiplos

Reunião para apresentação do status sobre Segurança de Barragens, por técnicos do Departamento de Águas e

Energia Elétrica (DAEE) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

A Secretaria de Logística e Transporte apresentou a palestra: "Paralisação da Hidrovia Paraná-Tietê" com o caso do deplecionamento do reservatório de Ilha Solteira em 2014/2015.

Câmara Técnica de Proteção das Águas

A câmara analisou e aprovou o parecer da CTPA sobre o "roteiro técnico para apresentação, aprovação, execução e conclusão de projetos de restauração ecológica submetidos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)" e analisou a minuta do relatório sobre a viabilidade do financiamento de pagamento por serviços ambientais (PSA) pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e outras fontes.

Câmara técnica de cobrança

Reunião da câmara para apresentação, pelo secretário-executivo do Comitê do Alto Paranapanema, dos tópicos alterados da revisão do estudo de fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do comitê. A CT também analisou o estudo de fundamentação e deliberação da proposta de cobrança do comitê de São José dos Dourados.

Câmara técnica de planejamento

Reunião da câmara para apresentação dos empreendimentos financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) relativos a Mudanças Climáticas.

Comitês de bacias hidrográficas

Federais

Monitoramento hidrológico

Os Comitês Piracicaba, Capivari e Jundiá discutiram acerca das obras necessárias que garantam maiores vazões pelo rio Cachoeira e Atibainha para a Região Metropolitana de Campinas e, principalmente, o posicionamento quanto a ampliação das liberações de vazões para os próximos meses de estiagem na região.

O Comitê Paraíba do Sul discutiu a operacionalização de alteração das vazões defluentes dos reservatórios e a demanda de alteração no nível máximo de reservação da represa de Jaguari devido as obras da transposição.

Plano de Bacia

Foi analisado o primeiro relatório do plano de bacia dos Comitês PCJ. O DMA apontou diversas falhas no relatório e sugeriu atenção no detalhamento da metodologia que será usada no diagnóstico das Bacias PCJ.

No Comitê do Paraíba do Sul (CEIVAP) a Câmara Técnica Consultiva discutiu a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, em que a expectativa da empresa responsável por elaborar o plano é de finalizar o prognóstico até o final de 2016. A CTC também analisou a proposta do plano de

aplicação plurianual (PAP) dos recursos arrecadados com a cobrança no CEIVAP.

O Comitê do Paranapanema realizou a etapa final dos trabalhos com as últimas correções do seu plano de bacia.

Eleições

No Comitê do Paranapanema ocorreu reunião plenária setorial do estado de São Paulo para definição das entidades habilitadas a comporem o comitê para o quadriênio 2017-2020. Nesse processo, o Ciesp e a Fiesp foram indicados para duas vagas de titular na plenária.

Foram apresentados os representantes que irão compor o Comitê do Grande para o mandato 2016-2020. Foram eleitos e empossados como titulares os Ciesp de Ribeirão Preto e Franca e como suplentes Ciesp de Sertãozinho e São Jose do Rio Preto.

Regimento Interno

A câmara técnica de assuntos legais e institucionais do Comitê Paraíba do Sul aprovou a revisão do estatuto e o regimento interno do Comitê.

Enquadramento

A câmara técnica da indústria dos Comitês PCJ relatou sobre a proposta de atualização de enquadramento dos trechos de Classe 4 do Rio Jundiá e das ações do Plano de Aplicação Plurianual (2017/2020) referentes à CT-Indústria.

Estaduais

Plano de Bacia

Os Comitês do Sapucaí Mirim e Grande, Alto Paranapanema, Turvo, Paraíba do Sul, Tietê Batalha, Pardo e Baixo Pardo reuniram-se para apresentação do status atual dos seus respectivos planos de bacia.

Relatório 2016

Os Comitês Turvo Grande, Pardo e Alto Paranapanema reuniram-se para elaboração do relatório de situação 2016.

Recursos Remanescentes Fehidro - 2016

O Comitê da Baixada Santista reuniu-se para aprovação dos empreendimentos que receberão os recursos remanescentes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) de 2016.

O Comitê do Mogi Guaçu analisou e hierarquizou os empreendimentos que solicitaram recursos do 2º pleito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2016.

Processo eleitoral

O Comitê da Baixada Santista discutiu as regras para o

cadastro das entidades da sociedade civil, visando o mandato 2017-2019.

Educação Ambiental

A Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê do Alto Tietê se reuniu para definir seu plano de trabalho para elaboração das diretrizes de Educação Ambiental para gestão de recursos hídricos no CBH-AT.

Fehidro 2017

Os Comitês do Alto Tietê, Turvo Grande e do Paraíba do Sul reuniram-se para início das discussões acerca dos critérios para seleção dos projetos que receberão investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2017.

Comissão do Processo Seletivo do CBH - AT

Reunião da Comissão do Processo Seletivo, criada para o acompanhamento do processo de seleção para indicação do novo diretor-presidente da FABHAT (Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê) para definição do cronograma de ações e acompanhamento da empresa de recrutamento responsável para a escolha dos candidatos. As inscrições para a vaga encerram-se em outubro/16.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

DR Guarulhos

Palestra ministrada pelo DMA sobre a nova versão da Norma ISO 14001:2015, apresentando os principais pontos de alteração e os prazos para adequação.

DR São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo

Em Agosto, representantes de empresas da região de São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo participaram do treinamento promovido pelo DMA junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O treinamento teve como objetivo esclarecer as principais dúvidas das empresas e profissionais sobre a inscrição no Cadastro para Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) e Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/ AINDA), bem como apresentar as obrigações legais decorrentes da realização do cadastro, como a elaboração anual do Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), Declaração de Atividades com Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO), pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), entre outras informações.

DR Bauru

Reunião da diretoria e conselho do Ciesp de Bauru quando o DMA apresentou aos diretores o Monitore – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais, e informações sobre a liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a Cetesb modifique os cálculos para o licenciamento ambiental em São Paulo.

DR Alta Paulista

O Grupo de Meio Ambiente realizou alinhamento sobre a elaboração do e-book sobre gestão de resíduos sólidos junto aos associados da região. Também foi apresentada a Decisão da Diretoria da Cetesb 120/2016, que trata da dispensa de CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) para transporte de resíduos eletrônicos.

DR Castelo (Osasco)

O DMA realizou apresentação sobre o Guia Produção e Consumo Sustentável e o Monitore – Sistema de Gerenciamento das Obrigações Ambientais. Na ocasião também esclareceram-se dúvidas sobre a Liminar do Ciesp, que impede que a Cetesb modifique os cálculos para o licenciamento ambiental em São Paulo. O Prefeito de Itapevi divulgou o programa sobre o Selo Sustentável do município. Foram apresentados ainda dois sistemas de coleta de água de chuva do prédio da DR, cuja água é utilizada para irrigação do jardim local.

DR Indaiatuba

O grupo de meio ambiente iniciou os trabalhos para redução de consumo de água na empresa John Deere. O GMA realizou visita técnica da planta industrial para elaboração de diagnóstico e início da elaboração de fluxograma de distribuição de água.

Outros eventos

Mudança do Clima

Evento organizado pela Climate Bonds Initiative para debater o potencial de investimentos para o Brasil pós-COP 21, além de lançamento do relatório “Análise do mercado em 2016”: títulos de dívida e mudança climática.

Seminário Resíduos Sólidos 2016

Seminário realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre) para apresentação do primeiro sistema de controle de resíduos industriais no Brasil.

Sindicato da Indústria de Calçados de Franca

O DMA realizou apresentação da ferramenta Monitore – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais, e as utilidades do sistema.

Aquífero Guarani e os dilemas da expansão urbana e de seu uso sustentável

O evento foi uma realização da AEAARP (Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto) e do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, com a participação de profissionais com experiência técnica no assunto para explicar a dimensão e a formação do Aquífero, os mecanismos de recarga, os cuidados na ocupação das áreas sensíveis, entre outros aspectos relevantes, dentre os quais a proteção jurídica do Aquífero.

Workshop Brasil x Alemanha de tecnologias voltadas aos recursos hídricos

Evento realizado pela Associação dos Engenheiros e Especialistas da CETESB, quando foram realizadas palestras relatando experiências e inovações abordando os avanços tecnológicos e metodologias de enfrentamento dos problemas ambientais. O DMA palestrou durante o evento, apresentando as ações que o setor produtivo tem adotado para enfrentamento de insegurança hídrica e suas oportunidades.

XIX Congresso Nacional de Águas Subterrâneas

O DMA realizou apresentação durante mesa redonda acerca das causas para fechamento de poços no Brasil e as realidades e desafios da gestão dos recursos hídricos nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Os dois temas fazem parte das ações acerca da segurança hídrica que os setores produtivos vêm realizando, com destaque, aos últimos anos durante crise hídrica.

Lançamento da Semana das Tecnologias Integradas para Construção, Meio Ambiente e Equipamentos

Evento em que foram apresentadas iniciativas para promover o fortalecimento, a integração e a retomada dos negócios da cadeia da construção.

Prêmio ABIHPEC-Beleza Brasil

O DMA, como membro da comissão julgadora, esteve presente à reunião do Prêmio ABIHPEC-Beleza Brasil para avaliação dos projetos concorrentes deste ano. O prêmio organizado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) visa promover o reconhecimento das práticas empresariais e dos produtos da indústria brasileira de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.

Prêmio von Martius de Sustentabilidade 2016

O DMA, como membro da comissão julgadora, esteve presente à reunião do prêmio, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, para avaliação dos projetos concorrentes deste ano. O prêmio reconhece o mérito de iniciativas de empresas, do poder público, de indivíduos e da sociedade civil que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural com respeito socioambiental.

Câmara Ambiental da Indústria Paulista

Reunião plenária para discussão acerca do Anteprojeto de Lei que cria o Cadastro Nacional de Substâncias Químicas, o qual o DMA enviou contribuições em consulta pública. Também foi apresentada a situação atual das tratativas com a Secretaria de Meio Ambiente referente ao Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias (PREFE) e Logística Reversa. Na ocasião também foi apresentado o status atual do Acordo Setorial de Embalagens.

Rodada e Encontros de Negócios

Participação da Rodada de Negócios promovida pelo G4 (DRs: Bauru, Botucatu, Alta Paulista e Jaú), DR de Taubaté e DR Santos em Itanhaém e no Encontro Intinerante de Negócios em Diadema apresentando os serviços da área de meio ambiente como o Monitore, Informe Ambiental, Liminar CETESB, Publicações. As Rodada e Encontros de Negócios do CIESP tem como objetivo reunir empresas de diversos segmentos e portes para criar novas oportunidades de negócios exclusivos, proporcionar a

aproximação de grandes e médias empresas, com as pequenas e micro empresas associadas do CIESP, visando o desenvolvimento de novos negócios.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Decreto Legislativo nº 140, de 16/8/2016

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), celebrado em Paris, em 12/12/2015, e assinado em Nova York, em 22/6/2016.

Portaria Ibama nº 24, de 16/8/2016

Aprova o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental (RIF) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Projetos de lei (PL)

PL nº 6180/2016 - Dispõe sobre os incentivos fiscais aos produtos com a marca "Selo Verde".

PL nº 6165/2016 - Institui a coleta seletiva obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Federal direta, bem como por autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, e a destinação dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis a associações e cooperativas de catadores.

PL nº 6140/2016 - Altera o art. 13 da Lei 8.666, de 30/6/1993, para incluir no rol de serviços técnicos especializados aqueles relativos à gestão ambiental, direito ambiental e sustentabilidade.

PL nº 6139/2016 - Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10/6/2001, para inserir a sustentabilidade urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.

PL nº. 6023/2016 - Regulamenta o manejo para controle ambiental da fauna sinantrópica nociva.

Estadual

Decreto nº 62.178, de 8/9/2016

Cria, junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a Unidade de Gerenciamento de Projeto responsável pelo "Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu e Barragens Pedreira e Duas Pontes" denominada UGP BG-PCJ, e dá providências correlatas.

Deliberação Consema nº 18, de 22/8/2016

Aprova a Classificação da Qualidade do Ar - Relação de Municípios e Dados de Monitoramento - proposta pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Resolução Conjunta SAA/SMA nº 1, de 16/9/2016

Dispõe sobre autorização de queima controlada como instrumento fitossanitário para o controle emergencial e excepcional de surtos de "mosca-dos-estábulo" (*Stomoxys calcitrans*) no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 60, de 1º/7/2016

Altera dispositivos da Resolução SMA nº 19, de 7/4/2015, que cria o projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais Mata Ciliar, no âmbito do Programa de Nascentes.

Decisão Cetesb nº 192, de 3/8/2016

Aprova o "Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias (Prefe) – Setor das Indústrias de Pisos Cerâmicos e Mineração de Argila" – Região de Controle 06 (municípios de Santa Gertrudes, Rio Claro, Ipeúna e Cordeirópolis).

Decisão Cetesb nº 176, de 16/8/2016

Dispõe sobre a atualização/revisão dos preços dos produtos e serviços oferecidos pela Cetesb.

Decisão Cetesb nº 181, de 16/8/2016

Dispõe sobre a homologação da revisão da Norma Técnica CETESB D7.010 – Mineração por Dragagem – Procedimento: 2ª Edição/agosto de 2016.

Deliberação CRH nº 185, de 4/8/2016

Estabelece o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas (PBH) e dá providências suplementares relativas à apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Projeto de lei (PL)

PL 609/2016 - Autoriza o Poder Executivo a criar o "Fundo Estadual de Recuperação de Nascentes de Rios (Fueren)", que define os recursos para seu financiamento e estabelece os critérios para sua utilização.



2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONDUTA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL (CER) MELHORES PRÁTICAS BRASIL E UNIÃO EUROPEIA

O evento visa apresentar, debater e disseminar melhores práticas de Conduta Empresarial Responsável (CER) Responsible Business Conduct (RBC), com foco em governança, gestão e resultados no desenvolvimento de ações e engajamento das empresas brasileiras e europeias na adoção dos princípios da CER.

22 de novembro de 2016
(terça-feira)

Das 8h30 às 12h45

PRÉDIO DA FIESP

Av. Paulista, 1313 15º andar São Paulo SP

INFORMAÇÕES

cores@fiesp.com.br



12º PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

FAÇA PARTE DESTA
INICIATIVA!

Há mais de dez anos, a Fiesp fomenta a conscientização do setor industrial sobre a importância e a necessidade da implantação de boas práticas de conservação e reúso de água em seus processos.

O Prêmio de Conservação e Reúso de Água é uma forma de divulgar as iniciativas da Indústria, dando destaque às empresas que investem na redução do consumo e do desperdício deste recurso.

As **inscrições** vão até **20 de janeiro de 2017** e englobam duas categorias: indústrias de micro/pequeno portes e de médio/grande portes. Participe!

Saiba mais em
www.fiesp.com.br/premioagua

Realização

FIESP **CIESP**

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br
Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.



FIESPAMBIENTAL

twitter.com/FiespAmbiental